

Os Rumos da Armazenagem no Brasil: A Visão das Cooperativas

Amílcar Gramacho⁽¹⁾

1. O Papel do Cooperativismo na Produção, Armazenagem e Comercialização de Produtos Agrícolas

As cooperativas têm tido presença marcante nas atividades ligadas à agropecuária brasileira. Em termos gerais, estima-se que sua participação corresponda a pelo menos 1/3 de toda a produção agropecuária, com destaque para a pecuária de leite, milho, soja, trigo e arroz.

Grande parte das atividades comerciais das cooperativas agrícolas estão embasadas na sua capacidade de estocagem que, sob muitos aspectos, têm sido a razão primeira para a união dos interesses de agricultores de uma mesma região e formação de empresas cooperativas.

De fato, a partir da obtenção de estruturas para a recepção e guarda da sua produção o agricultor consegue melhorar sua posição negociadora, originalmente dispersa e frágil. É, ainda, com base na produção armazenada que o agricultor consegue créditos bancários e, assim, reforçar suas condições de barganha. Mais, é apoiado na própria capacidade de estocar a produção que se pode avançar em direção à exportação ou partir para investimentos com vistas à industrialização e agregação de valor.

Os quadros a seguir apresentam um panorama atual sobre a capacidade de estocagem das cooperativas, por região, comparativamente à capacidade total de estocagem pertencente a empresas públicas e a empresas privadas não cooperativas. Indicam também o tipo de armazenagem disponível (graneleiro ou convencional).

70% da capacidade instalada é composta por armazéns graneleiros, adequados para executar de forma mais eficiente, em termos operacionais e econômicos, o processo de armazenagem e conservação dos grãos.

Quadro I
COOPERATIVAS AGROPECUARIAS
CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM DE GRÃOS
ARMAZÉNS CADASTRADOS JUNTO À CONAB

REGIÃO	OFICIAIS	PRIVADOS	COOPERATIVAS	TOTAL
SUL	2.425	20.788	18.791	40.004
SUDESTE	3.254	9.637	3.383	16.274
CENTRO-OESTE	2.441	21.034	3.525	27.000
NORTE/NE	1.218	3.407	1.373	5.998
BRASIL	9.338	54.866	25.072	89.274

Fonte: CONAB/DETOP Posição em out/94.

A participação do cooperativismo em termos da capacidade total de estocagem instalada no país para a armazenagem de grãos chega a 28%.

Em termos regionais, contudo, essa participação sobe para mais de 40% quando se considera apenas a Região Sul do País, onde é mais expressiva a presença de mini e pequenas propriedades agrícolas e, portanto, mais justificada a existência de um maior número de cooperativas.

Os dados do quadro II expõem um outro aspecto importante da capacidade de estocagem existente nas cooperativas e que se caracteriza como um indicador da adequação tecnológica das unidades. Como se vê,

2. A Questão da Armazenagem de Grãos: Pontos Referenciais

Enquanto não se consegue fazer com que a natureza nos permita obter continuamente tudo aquilo que consumimos no dia-a-dia, teremos que continuar nos preocupando com a armazenagem. A humanidade faz isso há milhares de anos, mas nem por isso os problemas acabaram.

Armazenar produtos é um problema, antes de mais nada, do agricultor. É ele que planta, aduba, trata e colhe. Portanto, o problema de armazenar a produção começa onde a mesma se realiza. Mas é também um problema do banco que tem no produto estocado a garantia dos seus em-

Quadro II
COOPERATIVAS AGROPECUARIAS
CAPACIDADE DE ESTOCAGEM SEGUNDO O TIPO DE ARMAZEM

REGIÃO	GRANEL	CONVENCIONAL	TOTAL
SUL	12.814	3.877	16.791
SUDESTE	1.479	1.803	3.382
CENTRO-OESTE	2.607	918	3.525
NORTE/NE	543	829	1.372
BRASIL	17.543	7.527	25.070

Fonte: CONAB/DETOP Posição em out/94.

(1) Coordenador do Departamento Técnico e Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

préstimos, do intermediário enquanto busca o melhor comprador, do investidor financista que aplicou em "warrants" ou papéis semelhantes, do exportador enquanto aguarda o melhor momento de embarcá-lo, da indústria ou do supermercado enquanto aguardam o momento de incorporá-los na linha de produção ou nas gôndolas. Também é, quando a política agrícola assim o exige, uma preocupação dos órgãos de governo que assumem a sua guarda e gestão.

Os interesses são muitos e os problemas, sem dúvida, hoje muito maiores do que seria desejável. Num ambiente competitivo como o que estamos enfrentando precisamos buscar rapidamente as soluções mais eficazes e de menor custo para que possamos melhorar nossa participação nos mercados. Ninguém mais do que as cooperativas gostariam de encontrar as soluções adequadas.

3. Juros Altos, Abertura Comercial e a Gestão dos Estoques Públicos

Taxas de juros muito elevadas têm enormes efeitos sobre as atividades de armazenagem. Um deles é o de deprimir a demanda por estocagem. Estoques significam capital empatado, e os juros altos significam remuneração atrativa para os capitais no mercado financeiro e, por outro lado, custos altos de estocagem. Portanto, as empresas, de um modo geral, e sempre que possível, procuram reduzir o tamanho dos estoques quando os juros estão elevados.

No caso da agricultura a mais importante consequência desse fenômeno se traduz em grande desvantagem para o produtor que encontra os seus tradicionais parceiros - atacadistas, industriais e distribuidores em geral - pouco estimulados a adquirir cedo a produção e responsabilizar-se também pela estocagem.

A abertura comercial, apesar dos seus reconhecidos méritos, permite que as distorções provocadas pela política de juros altos praticada pelo governo no momento atual tenha consequências ainda mais graves. É

que a facilidade de obter produtos similares, a qualquer momento, e com financiamentos baratos, no mercado internacional, tem direcionado a preferência desses parceiros para as importações. Daí resultam excedentes da produção nacional que vão ficando a cada dia mais caros - porque estão sendo agregados continuamente os custos da armazenagem e os juros - causando prejuízos e desestímulo aos produtores. Por outra parte, quando tais produtos têm amparo da Política de Preços Mínimos, acabam sobrecarregando os estoques governamentais.

As soluções encontradas pelo mercado para contornar a nova equação de custos de estocagem alteram substancialmente a lógica da armazenagem e sobrecarregam as funções de gestão de estoques por parte da CONAB e, mais recentemente, do Banco do Brasil.

O que é importante chamar a atenção nessa situação é que as aquisições do governo não caracterizam mais os excedentes eventuais de produção, para os quais no mecanismo AGF foi configurado no passado. Excedentes que deveriam ser estocados por um, dois ou mais anos, para retornar ao mercado quando se apresentasse um ano de escassez. Na realidade, grande parte das recentes aquisições da CONAB e dos estoques retidos sob guarda do BB, em EGF-Especial, devem voltar ao mercado no próprio ano da intervenção.

As funções do governo nessa área ficaram sobrecarregadas, ao passo que os instrumentos para esse tipo de gestão de estoques parecem ser muito pouco adequados às novas circunstâncias.

O que é de estranhar e lamentar é que todos esses problemas sejam vistos pela imprensa e pelo grande público a partir de uma visão essencialmente fiscalizadora. Ou seja, pretende-se enfrentar o problema visando coibir os casos amplamente noticiados em que maus armazenadores tiram proveito das insuficiências administrativas e operacionais dos gestores desses estoques.

É preciso entender que a essência do problema, o que está realmente errado, é o volume exagerado de estoque que o governo coloca sob sua tutela por força de uma política agrícola que não se adapta, com a velocidade desejável, às imposições da política econômica. É preciso dar-se conta, por exemplo, de que o governo extinguiu o monopólio do trigo há seis anos e continua sendo o único comprador do produto. É preciso esclarecer, ainda, as razões que fazem com que o governo acumule estoques de algodão, arroz e feijão, produtos que o País importa em volumes que crescem a cada ano. E explicar, também, as razões para a participação do governo na comercialização de quase três milhões de toneladas de soja, um produto típico de exportação, no ano de 1995.

4. Mais Planejamento pode Melhorar a Eficiência e Diminuir os Riscos

Não conseguiremos resolver os grandes problemas que enfrentamos hoje na armazenagem de grãos sem eliminar as distorções da política comercial brasileira. É preciso acabar logo com o artificialismo que transforma o produto nacional, apesar do seu reconhecido baixo custo, na última opção do mercado.

Mas não há dúvida de que podemos também obter ganhos expressivos com o melhor planejamento das operações com os estoques públicos. Para isso seria necessário que o governo definisse com mais clareza seus cronogramas de vendas e remoções. As incertezas atuais acabam colocando excessiva responsabilidade sobre o armazenador. No caso das cooperativas, cuja capacidade de estocagem não está dimensionada para carregar excedentes de safra de um ano para outro, a falta ou demora de definições tem sido causa de frequentes problemas com seus associados por falta de espaço para receber as novas safras, ou mesmo para permitir que sejam feitas, no momento adequado,

obras, de manutenção e reparo de instalações.

A CONAB, no nosso entender, dispõe da equipe técnica mais experiente nesse campo e deveria ter condições - principalmente em termos orçamentários - para implementar, no momento preciso, as soluções mais eficientes.

5. Mais Investimentos

Paralelamente à necessidade de encontrar melhores soluções na área de planejamento e estratégia operacional dos estoques, é importante melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de armazenagem, inclusive para reduzir ou eliminar perdas, investindo em equipamentos e instalações tecnicamente mais apropriadas.

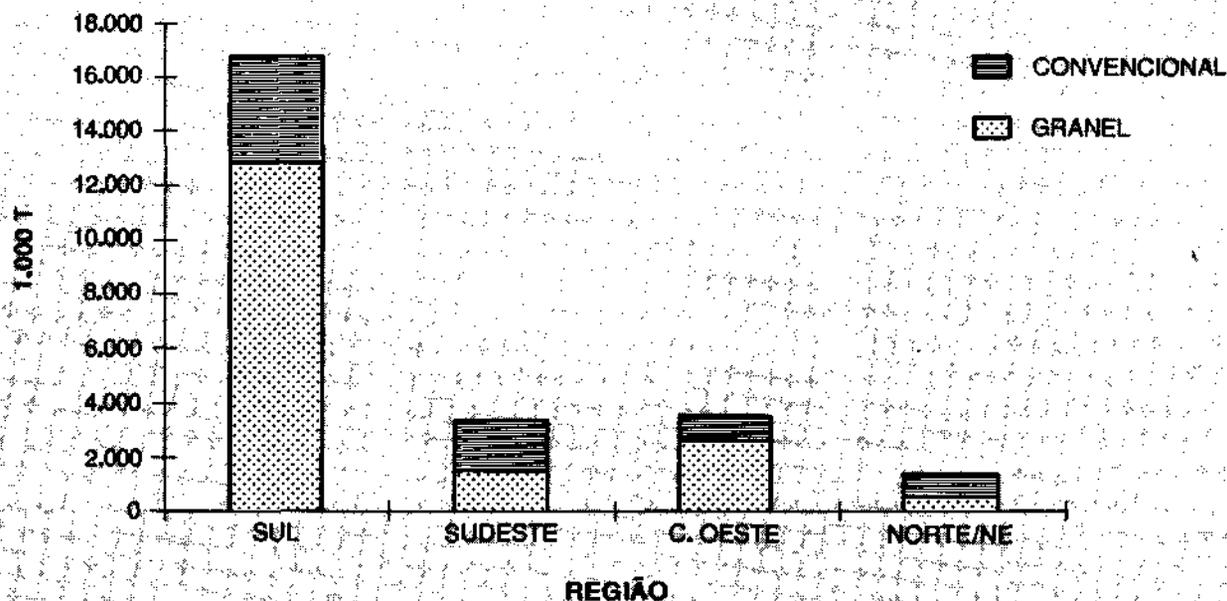
Alguns caminhos devem ser perseguidos para estimular os investimentos nessa área:

- a) um deles seria mediante a criação de novas linhas de crédito, com recursos do BNDES, porém com prazos de quinze a vinte anos e taxas de juros reais da ordem de 3% a.a. tanto para a construção de novas unidades armazenadoras quanto para a recuperação, reequipamento e melhoria técnica das unidades já existentes;
- b) remuneração adequada dos serviços de armazenagem. As tarifas têm que cobrir não apenas os custos operacionais mas remunerar também o capital investido;
- c) privatização, em ritmo mais acelerado, dos armazéns oficiais não localizados nos pontos que o governo

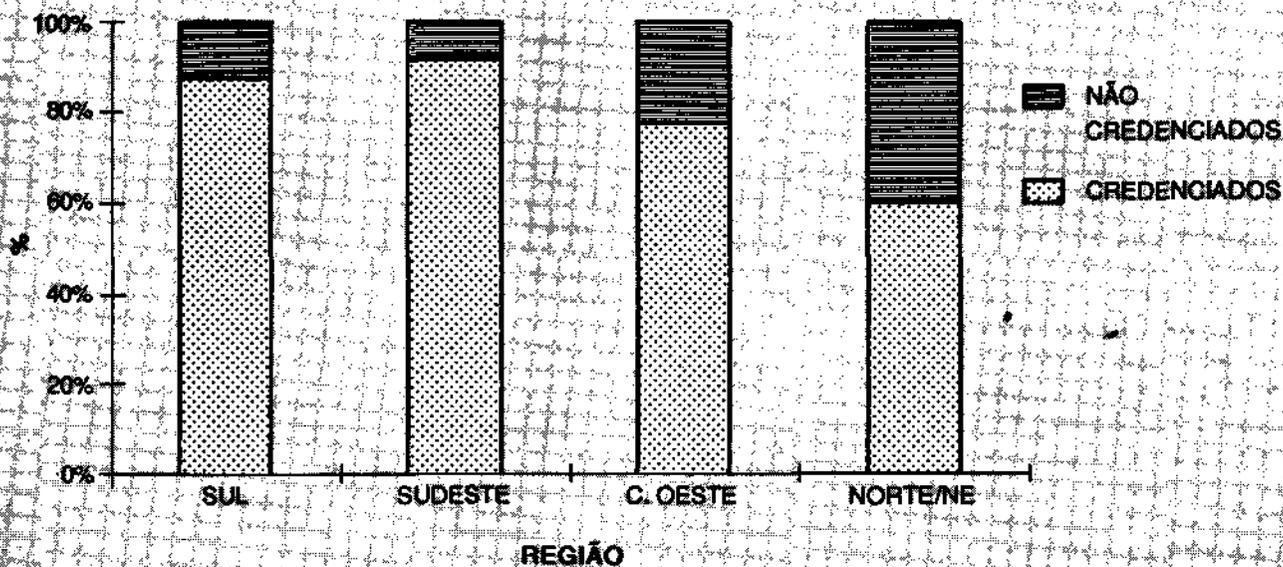
considera estratégicos em termos de atender as necessidades de absorver excedentes de produção.

Sabemos que a CONAB já definiu há mais de dois anos a relação das unidades que poderiam ser colocadas à disposição do mercado e que estão sendo subutilizadas. Acreditamos que, nesse caso, o BNDES poderia alavancar esse programa de privatização desde que sejam viabilizados os recursos para fixar os juros nos níveis acima sugeridos. Desde logo, porém, poderiam ser estudadas pela CONAB formas de cessão de uso dessas unidades, ou sistemas de gestão em parceria que estimulassem a efetiva utilização da capacidade disponível.

**COOPERATIVAS
CAPACIDADE DOS ARMAZÉNS
CADASTRADOS NA CONAB,
SEGUNDO O TIPO DE ARMAZÉM
(em outubro/94)**



**COOPERATIVAS
PERCENTUAL DOS ARMAZÉNS
CREDENCIADOS JUNTO À CONAB
(em janeiro/96)**



**CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE GRÃOS
NOS ARMAZÉNS CADASTRADOS NA CONAB,
SEGUNDO O TIPO DE ADMINISTRADOR
(em outubro/94)**

